



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Aveiro



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
-----------------	---

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
---	---

1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
--------------------------------------	---

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
--	----

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
--	----

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
---	----

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
---	----

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
--	----

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
--	----

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
--	----

Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
--	----

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
---	----

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
--	----

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
--	----

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
--	----

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
---	----

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
--	----

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
---	----

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23
---	----



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Aveiro (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Aveiro, a taxa de pobreza apresentou uma relativa estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando levemente de 51% em 2019 para 50% em 2020, subindo novamente para 51,2% em 2021. Essa estabilidade, no entanto, foi quebrada em 2022, quando o indicador caiu significativamente para 46%, antes de subir novamente para 47,8% em 2023. Esse comportamento sinaliza uma redução pontual na pobreza durante o ano de 2022, seguida de uma reversão parcial no ano seguinte. A Região de Integração (RI) Tapajós seguiu trajetória semelhante, mas com valores mais baixos, oscilando de 40% em 2019 para um pico de 48,5%

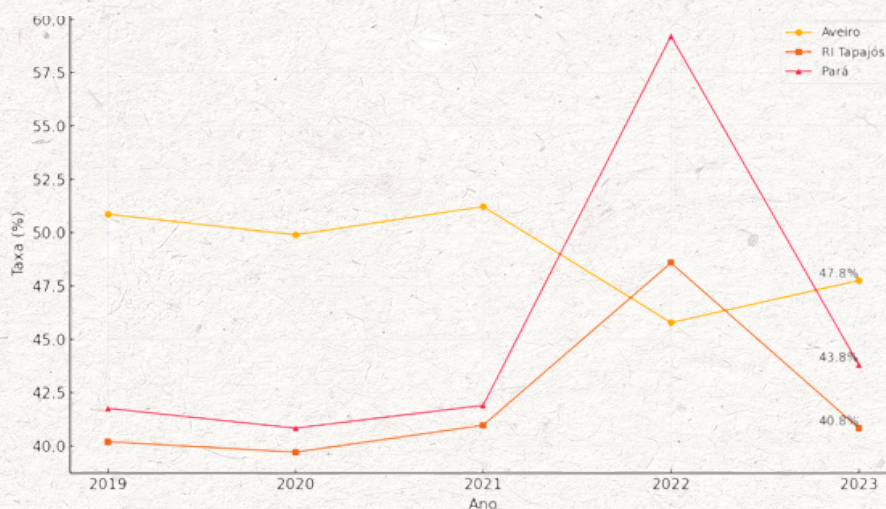
em 2022 e retornando a 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Já no estado do Pará, o padrão foi mais acentuado. De uma estabilidade em torno de 41% no triênio 2019–2021, houve um salto abrupto para 59,5% em 2022, evidenciando um agravamento expressivo das condições de pobreza naquele ano, possivelmente associado a impactos socioeconômicos mais amplos, como os efeitos defasados da pandemia e inflação de alimentos. Em 2023, a taxa estadual recuou para 40,8%, retornando a patamares semelhantes aos do início da série, o que demonstra uma recuperação relativamente rápida após o pico crítico (Gráfico 1).



A comparação entre os três níveis revela que o município de Aveiro se manteve sistematicamente acima da média estadual até 2021, sendo superado apenas em 2022, quando o Pará teve a pior taxa da série histórica. Em 2023, Aveiro voltou a exibir taxa mais elevada que o estado, sugerindo maior persistência da pobreza em escala local. O comportamento da RI Tapajós se manteve mais alinhado com o estado em termos de tendência, embora em patamares inferiores, o que pode indicar maior resiliência regional frente aos choques observados no período (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

No município de Aveiro, as despesas públicas com serviços essenciais oscilaram de forma significativa ao longo do período analisado. Em 2019, o percentual alocado foi de 60,1%, mas houve uma queda acentuada em 2020, atingindo 53,3%, possivelmente reflexo de restrições orçamentárias no contexto da pandemia. A partir de então, observou-se uma recuperação, com elevação para 57% em 2021 e pico de 61% em 2022, seguido de nova redução para 57% em 2023. Essa oscilação sugere dificuldades de manutenção de um padrão estável de alocação de recursos prioritários (Gráfico 2).

A Região de Integração do

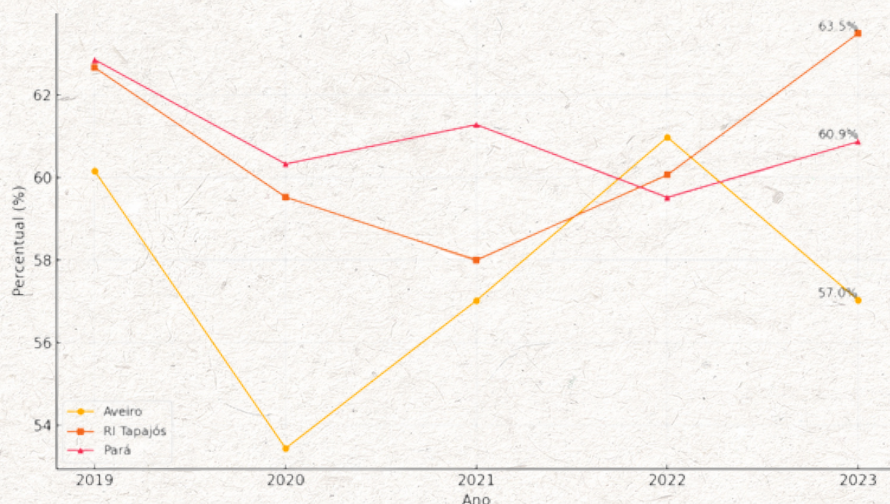
Tapajós apresentou trajetória de maior regularidade, oscilando em torno de percentuais próximos a 60%, com um pico de 63,5% em 2023. A tendência ascendente nos dois últimos anos indica possível fortalecimento da política de investimentos sociais na região. Já o estado do Pará manteve uma trajetória bastante estável, sempre entre 59% e 63%, com destaque para os 62,7% em 2019 e o patamar de 60,9% em 2023, demonstrando compromisso mais consistente com o financiamento das funções sociais essenciais (Gráfico 2).

Comparando os níveis territoriais, verifica-se que, enquanto o estado do Pará manteve ma-

ior estabilidade e compromisso com o percentual de alocação em serviços essenciais, Aveiro apresentou maior oscilação, especialmente nos anos de crise fiscal. O desempenho da RI Tapajós foi mais alinhado ao padrão estadual, com destaque positivo em 2023. Essa dinâmica evidencia que, embora o estado e a região venham priorizando os serviços essenciais, há desafios mais críticos no município para manter o nível de esforço fiscal contínuo, o que pode repercutir na eficácia de políticas públicas e nos indicadores sociais, como a própria taxa de pobreza (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O município de Aveiro apresentou um aumento significativo na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023. O indicador iniciou o período em 4,8% (2019), caiu para 4,1% em 2020 e, a partir daí, seguiu trajetória ascendente, atingindo 7,6% em 2021, 9,8% em 2022 e recuando levemente para 8,6% em 2023. A oscilação acentuada e o pico de 2022 sugerem uma deterioração nas condições de saúde materno-infantil e possíveis falhas no pré-natal e nos serviços básicos de saúde local, exigindo atenção da gestão municipal (Gráfico 3).

Na Região de Integração Tapajós, a prevalência manteve-se mais estável até 2021, oscilando entre 6,3% e 6,7%, mas também registrou aumento

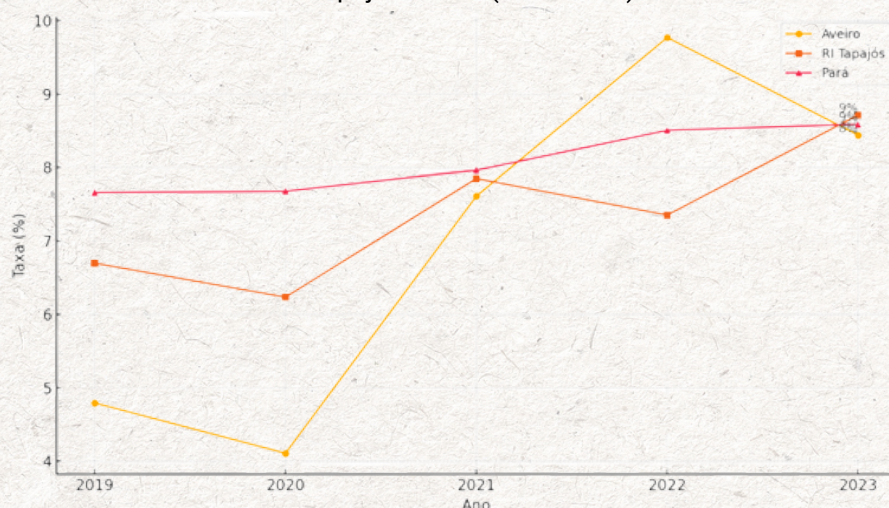
expressivo nos anos finais: 7,3% em 2022 e 9% em 2023. Isso revela que a elevação não foi um fenômeno isolado de Aveiro, podendo refletir questões estruturais mais amplas, como insegurança alimentar, desassistência em saúde ou aumento da prematuridade na região. Apesar disso, a RI ainda manteve valores levemente inferiores aos do município no final da série (Gráfico 3).

No estado do Pará, a evolução foi mais gradual e constante. Partindo de 7,7% em 2019, o indicador apresentou leve elevação ano a ano, atingindo 8,7% em 2023. Embora o crescimento também aponte para uma tendência preocupante em nível estadual, a magnitude do aumento foi inferior à observada em Aveiro e na RI Tapajós, o que sugere

que os problemas locais podem estar sendo potencializados por fatores específicos do território. O resultado indica a necessidade de fortalecimento das políticas de atenção primária à saúde e ao acompanhamento nutricional de gestantes e recém-nascidos (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola no município de Aveiro apresentou crescimento expressivo ao longo do período analisado. Em 2019, o indicador era de R\$ 5,0 mil por hectare, sofreu ligeira queda para R\$ 4,7 mil em 2020, e a partir de 2021 iniciou um ciclo de expansão acentuado, atingindo R\$ 7,2 mil, permanecendo nesse patamar em 2022 e avançando fortemente para R\$ 10,5 mil em 2023. Esse aumento final representa mais do que o dobro da produtividade observada em 2019, sugerindo avanços importantes em tecnologia, práticas agrícolas, diversificação de culturas ou expansão da produção de maior va-

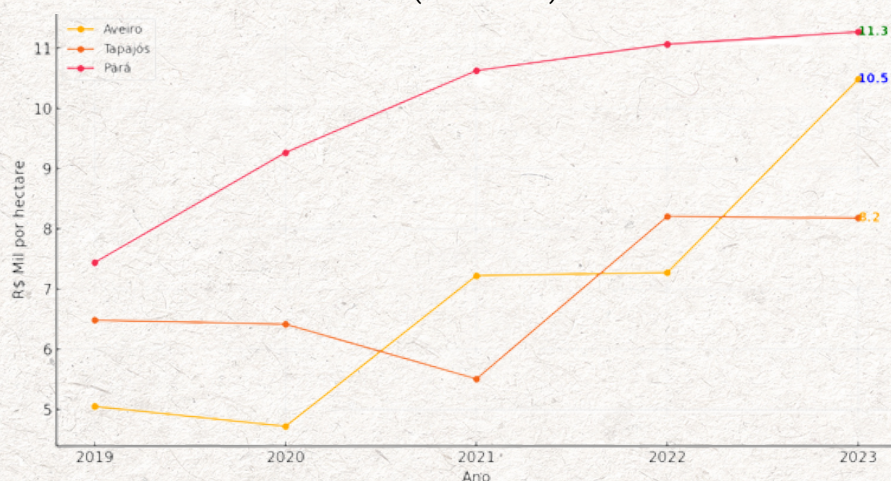
lor agregado (Gráfico 4).

Na Região de Integração Tapajós, a produtividade manteve-se mais estável, variando de R\$ 6,5 mil por hectare em 2019 e 2020 para uma queda em 2021 (R\$ 5,5 mil), seguida de recuperação em 2022 (R\$ 8,2 mil), valor que se manteve em 2023. A oscilação sugere maior vulnerabilidade a fatores climáticos ou de mercado, ainda que a região tenha retomado desempenho mais favorável nos últimos dois anos. Apesar disso, foi superada por Aveiro em 2023, o que demonstra o destaque do município dentro da própria RI (Gráfico 4).

Já o estado do Pará exibiu

crescimento contínuo e robusto ao longo do quinquênio. A produtividade passou de R\$ 7,5 mil em 2019 para R\$ 11,3 mil por hectare em 2023, mantendo a liderança entre os três níveis. Esse desempenho pode ser reflexo de investimentos mais amplos no setor agrícola estadual, com ganhos de escala, melhoria de infraestrutura rural e políticas públicas voltadas ao aumento da eficiência produtiva. O desempenho de Aveiro em 2023, no entanto, se aproxima do valor estadual, sinalizando convergência e possível protagonismo local na atividade agropecuária (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,5 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

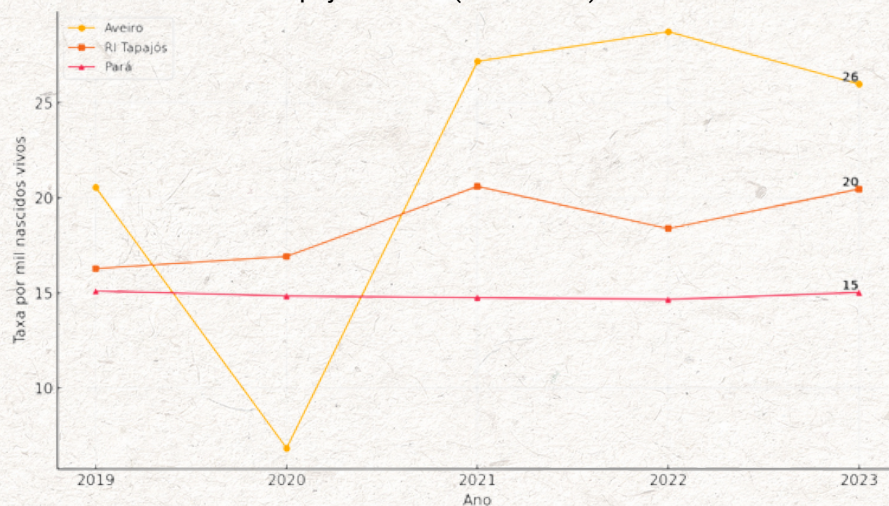
No município de Aveiro, a taxa de mortalidade infantil apresentou grande instabilidade ao longo do período. Em 2019, o indicador registrava 20,6 óbitos por mil nascidos vivos, caindo abruptamente para 6,9 em 2020. No entanto, nos anos seguintes houve uma elevação preocupante, alcançando 26,7 em 2021, 28,2 em 2022 e recuando levemente para 26 em 2023. Essa volatilidade pode estar relacionada tanto a variações no número absoluto de nascimentos e óbitos, quanto à fragilidade na cobertura e na qualidade dos serviços de atenção básica e neonatal no município (Gráfico 5).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi relativamente mais estável, partindo de 16,3 óbitos por mil nascidos vivos em 2019 e oscilando até chegar a 20 em 2023. O ponto mais alto ocorreu em 2021, com 20,7, enquanto o mais baixo foi em 2019. Esse padrão revela uma tendência geral de aumento na mortalidade infantil na região, ainda que em ritmo menos acentuado que o observado em Aveiro, sugerindo a presença de desafios estruturais persistentes na assistência materno-infantil (Gráfico 5).



O estado do Pará, por sua vez, manteve a menor taxa entre os três recortes analisados e apresentou alta estabilidade no indicador. A taxa permaneceu próxima de 15 ao longo de todo o período, oscilando levemente entre 14,6 e 15,1 óbitos por mil nascidos vivos. Essa constância sinaliza avanços ou pelo menos manutenção na política estadual de atenção à saúde infantil, contrastando com os resultados mais críticos do município de Aveiro. Tal discrepância pode indicar desigualdades no acesso aos serviços e na distribuição de recursos em escala intraestadual (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 26 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

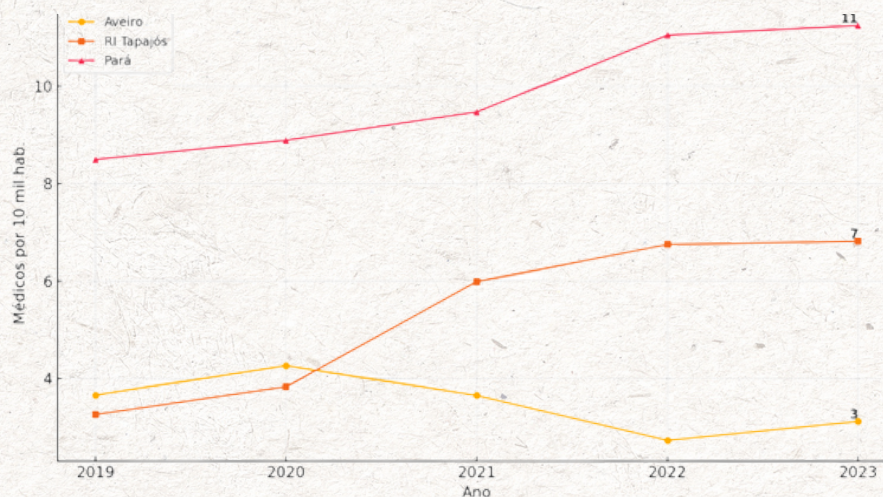
No município de Aveiro, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou uma trajetória decrescente, após uma breve elevação. Partindo de 3,7 médicos em 2019, subiu para 4,3 em 2020, mas caiu nos anos seguintes, atingindo 3,6 em 2021, 2,7 em 2022 e subindo ligeiramente para 3,0 em 2023. Esse recuo pode ter impactado negativamente a capacidade de atendimento à população, contribuindo para indicadores desfavoráveis de saúde, como a alta taxa de mortalidade infantil e a prevalência de baixo peso ao nascer (Gráfico 6).

Na Região de Integração Tapajós, observou-se uma melhoria contínua na presença médica ao longo dos cinco anos. Em 2019, havia 3,3 médicos por 10 mil habitantes; em 2020, 3,8; e a partir de 2021 houve crescimento mais acentuado, atingindo 6,0, depois 6,8 em 2022 e, por fim, 7,0 em 2023. Esse aumento progressivo pode indicar políticas regionais mais eficazes de atração e fixação de profissionais da saúde, com impacto positivo na ampliação do acesso a cuidados médicos (Gráfico 6).



Já o estado do Pará manteve os melhores índices de cobertura médica entre os três níveis, com crescimento constante e significativo. A taxa passou de 8,5 médicos por 10 mil habitantes em 2019 para 11,0 em 2023, o que representa um aumento de cerca de 30%. Esse resultado reforça uma tendência de fortalecimento da capacidade assistencial no estado, embora a concentração de médicos em regiões urbanas mais desenvolvidas ainda possa ser um desafio. A disparidade entre o estado e municípios como Aveiro evidencia a necessidade de políticas de interiorização da força de trabalho em saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

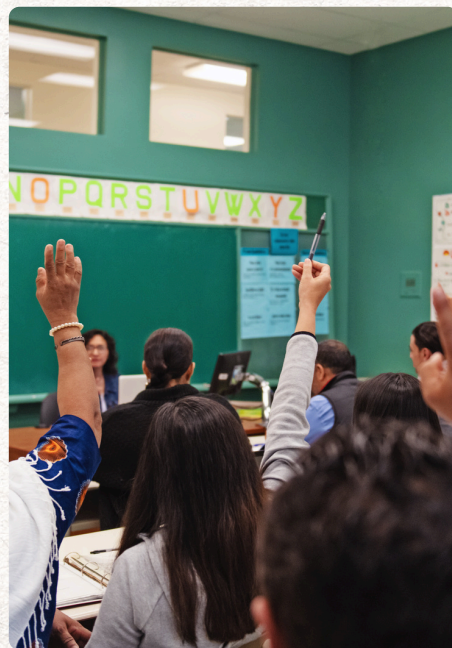
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Aveiro, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou tendência crescente entre 2019 e 2022, partindo de 237 para alcançar um pico de 264 em 2022. Esse crescimento indica um esforço de ampliação da capacidade de atendimento educacional durante esse período. No entanto, em 2023 houve uma queda acentuada, com o indicador recuando para 198 vagas por mil habitantes, o que representa a menor taxa do quinquênio e sinaliza possível descontinuidade em políticas de expansão ou redução da população estudantil (Gráfico 7).

A Região de Integração Tapajós mostrou uma evolução mais estável.

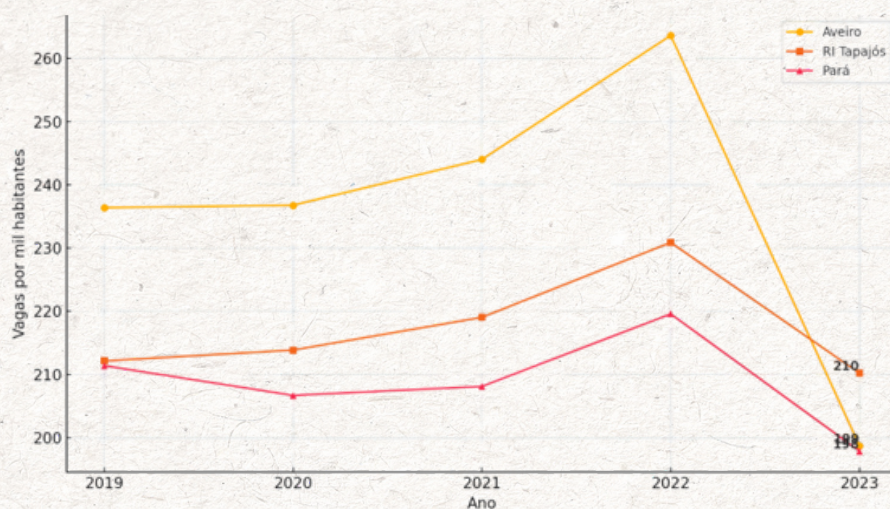
Partindo de 212 vagas em 2019, o número aumentou progressivamente até 2022, quando atingiu 230 vagas por mil habitantes. Em 2023, houve recuo para 210, voltando ao patamar inicial da série. Apesar da queda final, o comportamento regional foi mais equilibrado do que o observado em Aveiro, sugerindo um planejamento educacional menos sujeito a flutuações abruptas (Gráfico 7).

Já o estado do Pará manteve um padrão similar ao da região, com relativa estabilidade e discreto crescimento entre 2020 e 2022. Em 2019, eram 211 vagas por mil habitantes, caindo levemente em 2020 e voltando a crescer até atingir 219 em 2022. Em



2023, houve redução significativa para 199 vagas. A convergência entre os três níveis em 2023 evidencia uma tendência de retração no acesso à educação pública, o que pode refletir fatores como queda demográfica, reorganização de redes escolares ou restrições orçamentárias (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 199 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

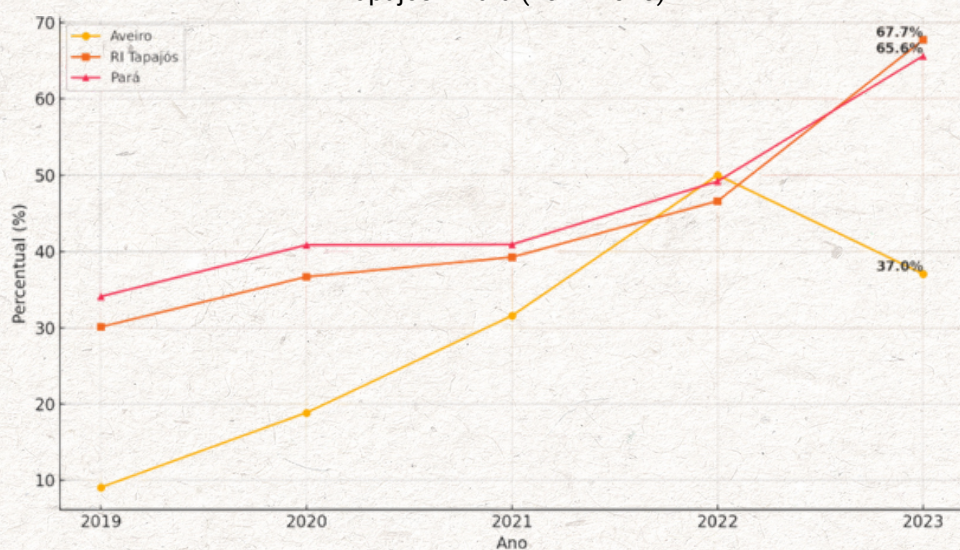
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Aveiro, o percentual de escolas com acesso à internet apresentou expressiva expansão entre 2019 e 2022, saltando de 9% para 50%, indicando avanços significativos em conectividade e infraestrutura digital. Entretanto, essa tendência foi revertida em 2023, quando o índice caiu para 37%. Esse retrocesso pode refletir dificuldades de manutenção da estrutura tecnológica, interrupções de contratos ou limitações de conectividade em áreas rurais, o que compromete a continuidade do avanço na digitalização educacional (Gráfico 8).

A Região de Integração Tapajós demonstrou um crescimento consistente ao longo de todo o período. O percentual de escolas conectadas passou de 30% em 2019 para 67,7% em 2023, evidenciando um esforço contínuo e bem-sucedido de expansão da infraestrutura tecnológica educacional. A estabilidade do crescimento reforça o comprometimento regional com a melhoria das condições de ensino, principalmente em um contexto pós-pandemia, em que o acesso digital se tornou ainda mais relevante (Gráfico 8).

No estado do Pará, observou-se a trajetória mais sólida entre os três níveis. O indicador cresceu de 34,6% em 2019 para 65,6% em 2023, praticamente dobrando em cinco anos. O crescimento contínuo, sem retrocessos, mostra o avanço da política estadual de digitalização das escolas públicas. A diferença entre o estado e o município de Aveiro em 2023 revela desigualdades de conectividade territorial que precisam ser enfrentadas para garantir igualdade de condições de aprendizagem e acesso a tecnologias educacionais (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 37%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

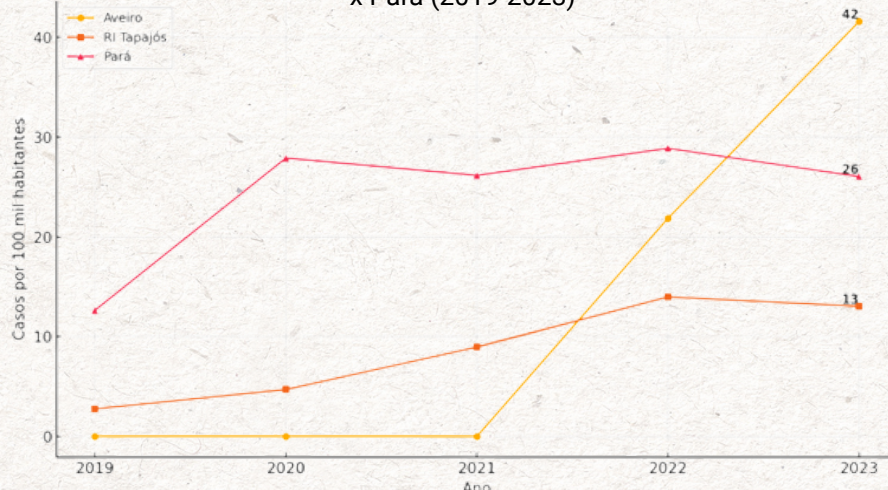
No município de Aveiro, o indicador de violência contra a mulher praticada por parceiros apresentou crescimento expressivo e preocupante no período analisado. Em 2019, o valor registrado foi nulo, mantendo-se zerado até 2021. A partir de 2022, no entanto, o indicador saltou para 22 casos por 100 mil habitantes, dobrando em 2023, quando alcançou 42 casos. Esse comportamento abrupto pode indicar tanto um aumento real da violência quanto melhorias nos sistemas de notificação e registro, mas, de toda forma, evidencia a urgência de políticas de proteção e apoio às mulheres em situação de violência no município (Gráfico 9).



Na Região de Integração Tapajós, a evolução foi mais gradual, ainda que ascendente. O índice passou de 2,9 casos por 100 mil habitantes em 2019 para 13 em 2023, com aumentos consecutivos ao longo do período. Apesar de os valores absolutos serem menores que os de Aveiro em 2023, o crescimento também é relevante e revela uma ampliação do problema na região. A progressão constante aponta para a necessidade de ações articuladas de prevenção, capacitação de equipes de atendimento e fortalecimento da rede de apoio regional (Gráfico 9).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi de alta nos primeiros anos, com aumento de 12,7 para 28,1 entre 2019 e 2020, seguido por uma leve oscilação até 2023, quando registrou 26 casos por 100 mil habitantes. Embora o patamar estadual permaneça acima da média da RI Tapajós, foi ultrapassado pelo município de Aveiro no último ano da série. Isso indica que, apesar dos esforços estaduais, os municípios e regiões específicas ainda carecem de estratégias mais focalizadas para conter a violência de gênero em seus territórios (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

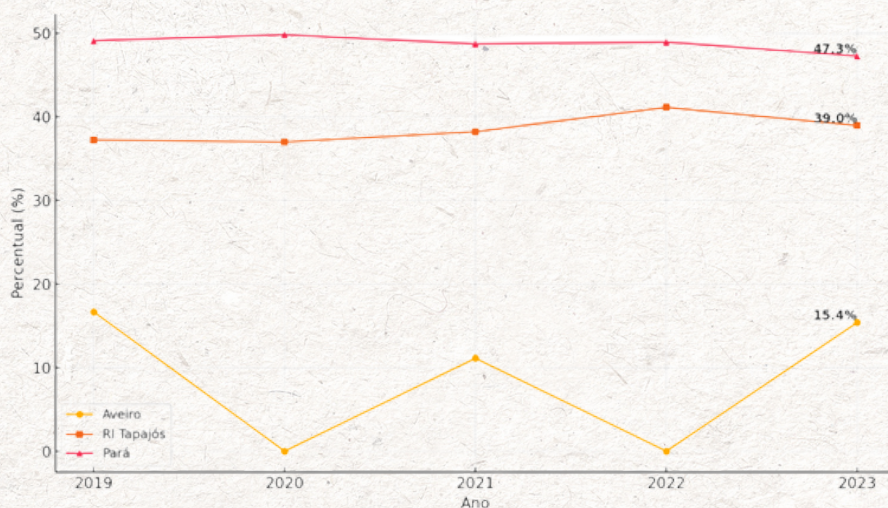
No município de Aveiro, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres oscilou bastante e apresentou níveis bastante baixos ao longo do período. Em 2019, o indicador estava em 16,8%, caiu para praticamente zero em 2020 e 2022, e só registrou valores mais significativos em 2021 (11,4%) e 2023 (15,4%). Essa volatilidade sugere uma instabilidade no empoderamento feminino no mercado de trabalho local, especialmente em posições de liderança, o que pode refletir tanto o porte do mercado quanto resistências estruturais à equidade de gênero (Gráfico 10).



Na Região de Integração Tapajós, o indicador apresentou estabilidade relativa, variando entre 37,2% e 41,1% no período de 2019 a 2023. O crescimento mais acentuado foi observado em 2022, com posterior recuo leve para 39% em 2023. Esse desempenho aponta para uma presença feminina mais consolidada em cargos de chefia na região, embora ainda abaixo da paridade ideal. A consistência dos dados regionais sugere uma evolução mais equilibrada do mercado de trabalho para as mulheres em relação ao observado em Aveiro (Gráfico 10). Já no estado do Pará, o percentual man-

teve-se elevado e estável, girando em torno de 48% durante todo o período. Mesmo com uma leve queda em 2023 (47,3%), os dados indicam que, em média, quase metade dos cargos gerenciais são ocupados por mulheres, o que revela um avanço importante em termos de equidade de gênero. A comparação entre os três níveis evidencia uma clara desigualdade territorial, com Aveiro significativamente atrasado em relação aos padrões regionais e estaduais, exigindo políticas específicas de incentivo à liderança feminina no setor público e privado local (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6

ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Aveiro, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto permaneceu extremamente baixo e praticamente inalterado ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o índice era de 0,4% e, mesmo após cinco anos, chegou apenas a 0,5%, demonstrando estagnação no avanço da infraestrutura sanitária voltada para as populações mais vulneráveis. Esse desempenho evidencia a ausência de investimentos significativos ou políticas públicas eficazes voltadas à ampliação da cobertura de esgotamento sanitário em comunidades de baixa renda (Gráfico 11).

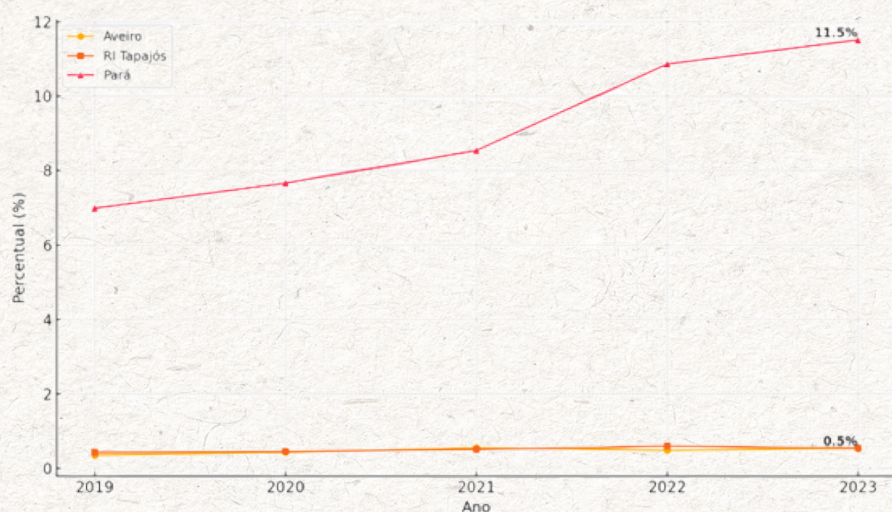
Na Região de Integração (RI) Tapajós, a situação é semelhante, com valores levemente superior, mas ainda muito aquém do ideal. O percentual oscilou entre 0,4% e 0,6% no período, também sem apresentar evolução consistente. Essa persistência de baixos índices sugere uma deficiência regional estrutural no atendimento sanitário das populações mais pobres, refletindo desafios tanto financeiros quanto de planejamento e priorização nos investimentos públicos em saneamento (Gráfico 11).

Já no estado do Pará, embora

os valores absolutos também sejam modestos, o comportamento do indicador foi de crescimento contínuo. Em 2019, 7% da população de baixa renda tinha acesso à coleta de esgoto, percentual que aumentou gradualmente para 11,5% em 2023. Esse avanço estadual contrasta com o estancamento verificado em Aveiro e na RI Tapajós, indicando uma distribuição desigual dos investimentos em saneamento e a necessidade de reforçar políticas de equidade territorial no acesso aos serviços básicos (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Aveiro apresentou grande oscilação nos valores per capita destinados ao saneamento básico entre 2019 e 2023. Em 2019, o gasto foi praticamente nulo (R\$ 0), crescendo para R\$ 24 em 2020 e caindo para R\$ 16 em 2021. O ponto mais baixo ocorreu em 2022, com apenas R\$ 2 per capita, seguido de leve recuperação para R\$ 15 em 2023. Essa variação demonstra instabilidade na alocação de recursos, o que compromete a capacidade do município de promover melhorias estruturais contínuas no setor (Gráfico 12).

A RI Tapajós, por sua vez, manteve um padrão de crescimento mais regular e sustentado. Partindo de R\$ 19 per capita em 2019, atingiu R\$ 44 em 2023, o que representa mais que o dobro do valor ini-

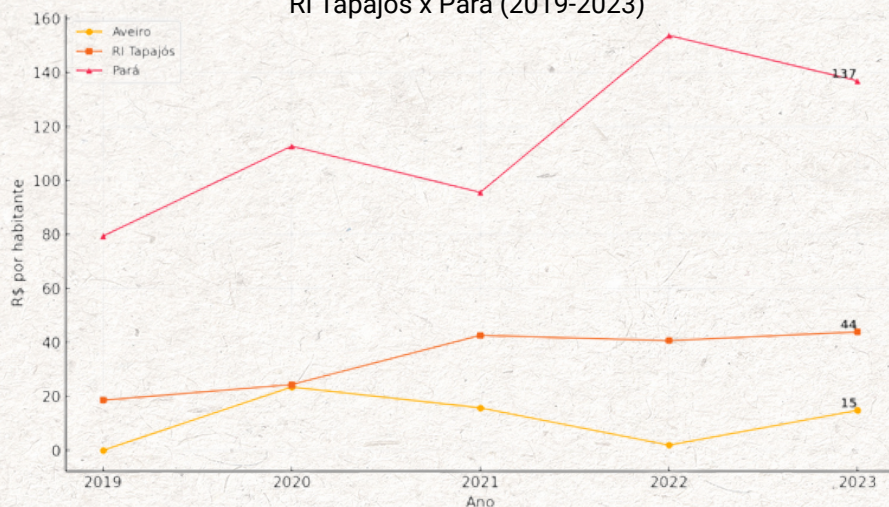
cial. Essa evolução positiva sinaliza um esforço regional mais sólido e constante para ampliar os investimentos em saneamento, o que pode estar contribuindo para a mitigação de déficits históricos de infraestrutura, mesmo que ainda não tenha se refletido em avanços visíveis no indicador de cobertura para a população de baixa renda (Gráfico 12).

O estado do Pará apresentou o maior volume de investimento per capita entre os três níveis analisados. Em 2019, o valor era de R\$ 80, atingindo um pico de R\$ 154 em 2022, e encerrando 2023 em R\$ 137. O crescimento significativo ao longo do período demonstra uma priorização efetiva da política estadual de saneamento básico. Ainda assim, considerando a baixa renda de cobertura em áreas vulneráveis,

is, os resultados mostram que os investimentos, apesar de expressivos, ainda precisam ser melhor direcionados e territorializados para garantir avanços sociais mais equitativos (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 15/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



No município de Aveiro, o consumo de energia elétrica per capita manteve-se em patamares baixos ao longo do período, ainda que com leve crescimento. Em 2019, o consumo era de 197 kWh/hab., permanecendo praticamente inalterado em 2020. A partir de 2021, houve uma elevação gradual, chegando a 286 kWh/hab. em 2023. Apesar do aumento, o nível de consumo em Aveiro continua significativamente abaixo da média estadual e regional, o que pode indicar limitações no acesso à energia, baixo nível de atividade econômica ou padrão de con-

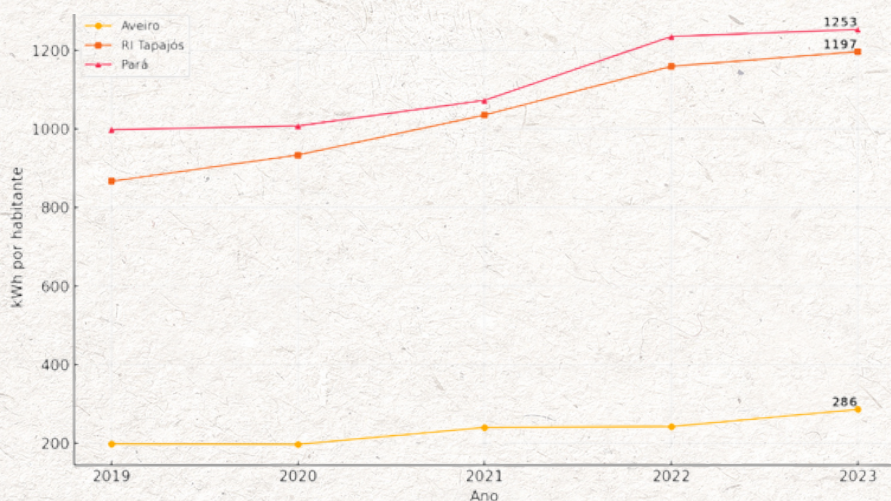
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

sumo reduzido entre a população local (Gráfico 13).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador apresentou trajetória de crescimento contínuo, partindo de 870 kWh/hab. em 2019 e alcançando 1.197 kWh/hab. em 2023. Esse crescimento sugere ampliação do acesso à energia elétrica e possível elevação do padrão de consumo residencial, comercial e rural. O desempenho regional mostra maior integração energética e dinamismo econômico se comparado ao município de Aveiro, destacando a desigualdade infraestrutural intrarregional (Gráfico 13).

O estado do Pará também demonstrou crescimento consistente no consumo de energia elétrica per capita, saindo de 1.000 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Esse comportamento reforça uma tendência estadual de expansão da rede elétrica, aumento do consumo e, possivelmente, melhora nas condições de vida e na atividade econômica. A ampla diferença entre os valores registrados no estado e no município de Aveiro evidencia a necessidade de ações específicas para ampliar a infraestrutura energética nas localidades mais isoladas e vulneráveis (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 286 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O município de Aveiro apresentou percentuais elevados de domicílios de baixa renda ainda dependentes de iluminação por fontes fósseis (como lamparinas a querosene), embora com tendência de queda. Em 2019 e 2020, o indicador estava em torno de 10,9%, caindo para 9,3% em 2021 e atingindo 8,4% em 2023. Apesar da melhora, o percentual ainda é alarmante, evidenciando exclusão energética e carência de políticas efetivas de eletrificação rural e urbana nas áreas de maior vulnerabilidade social do município (Gráfico 14).

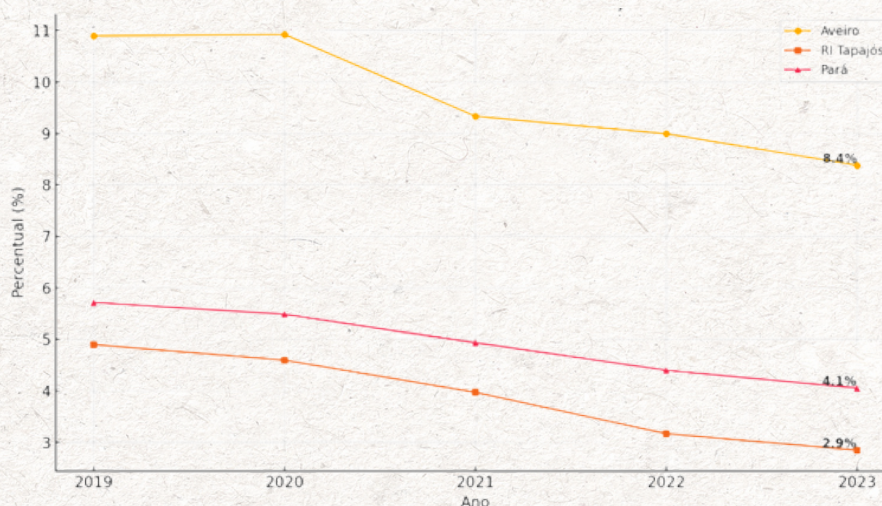


Na RI Tapajós, os percentuais foram sistematicamente menores e apresentaram melhora contínua. O indicador passou de 4,9% em 2019 para 2,9% em 2023. A queda gradual ao longo dos anos sinaliza políticas públicas mais eficazes de acesso à energia em áreas pobres da região, com maior eficiência do que a observada em Aveiro. Ainda assim, o uso persistente de fontes fósseis indica que, mesmo em contextos de avanço, ainda há populações que permanecem excluídas da infraestrutura elétrica adequada (Gráfico 14).

O estado do Pará também mostrou trajetória decrescente no uso de iluminação fóssil entre domicílios de baixa renda, passando de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Apesar da redução, a existência de milhares de famílias ainda dependentes de fontes poluentes e precárias de iluminação revela uma agenda pendente na universalização do acesso à energia. O contraste entre os baixos índices estaduais e os altos valores em Aveiro reforça a desigualdade territorial e a necessidade de priorização de investimentos em localidades mais carentes (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



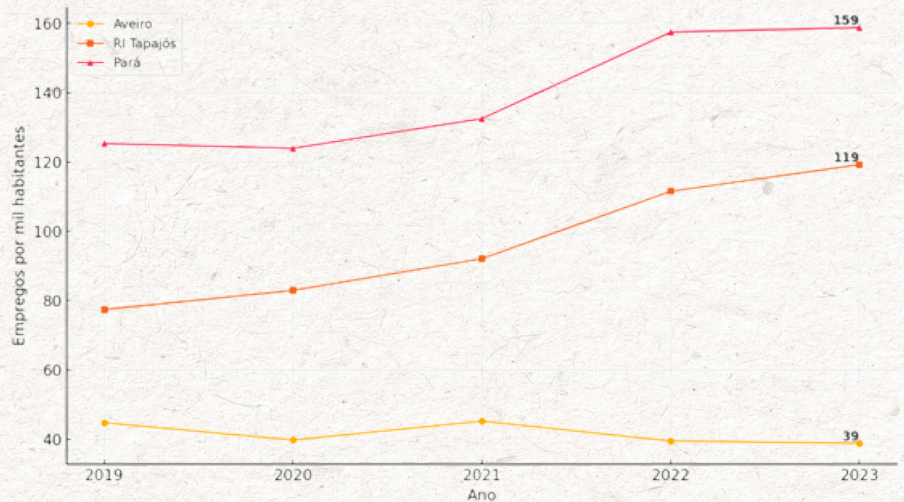
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Aveiro apresentou um desempenho estagnado no indicador de empregos formais por mil habitantes, com valores oscilando levemente entre 39 e 45. Em 2019, o número era de 45, caiu para 40 em 2020, voltou a subir em 2021 (45), e novamente recuou para 39 em 2022 e permaneceu nesse patamar em 2023. Essa estabilidade em níveis baixos evidencia uma estrutura econômica com limitada formalização do mercado de trabalho, possivelmente dependente de ocupações informais, atividades sazonais ou agricultura de subsistência (Gráfico 15).

A Região de Integração Tapajós, por sua vez, apresentou crescimento contínuo e expressivo no mesmo período, saltando de 78 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 119 em 2023. O avanço mais significativo ocorreu entre 2021 e 2022, o que pode refletir ações regionais voltadas à retomada econômica pós-pandemia, políticas públicas de incentivo ao emprego formal ou a ampliação de setores com maior nível de formalização, como serviços públicos e comércio urbano. A diferença crescente entre a RI e o município de Aveiro destaca disparidades internas no dinamismo do mercado de trabalho (Gráfico 15).

No estado do Pará, a evolução também foi positiva, passando de 126 para 159 empregos formais por mil habitantes. Esse crescimento foi consistente, com destaque para o salto registrado entre 2021 e 2022. A tendência de alta revela a expansão do emprego formal em nível estadual, ainda que de forma desigual entre as regiões e municípios. A defasagem de Aveiro em relação à média estadual e regional indica a necessidade de políticas de incentivo à formalização e diversificação econômica local, além de melhorias na infraestrutura que favoreçam o empreendedorismo e a atração de investimentos (Gráfico 15).

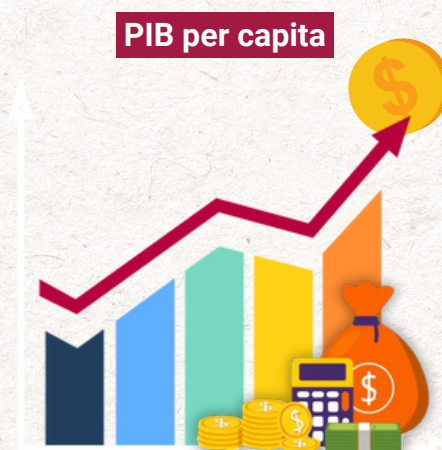
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 39 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O município de Aveiro apresentou uma leve elevação no PIB per capita entre 2018 e 2021, partindo de cerca de R\$ 7.300 para um pico de aproximadamente R\$ 9.300. Contudo, em 2022, houve uma reversão da tendência com queda para R\$ 7.977, o que representa recuo no nível de renda média por habitante. Essa retração pode estar relacionada a uma desaceleração da atividade econômica local, à perda de dinamismo de setores relevantes



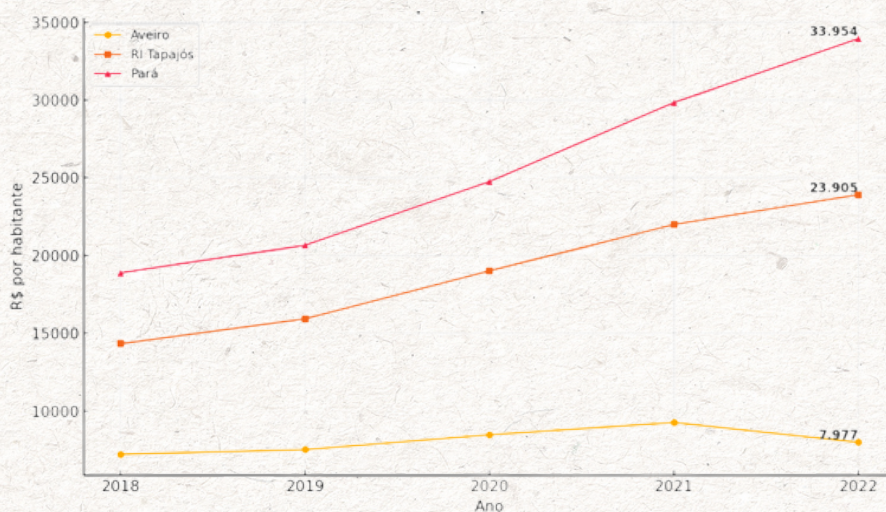
ou à ausência de diversificação produtiva no município (Gráfico 16).

A Região de Integração Tapajós demonstrou crescimento contínuo e significativo no período, com o PIB per capita subindo de R\$ 14.377 em 2018 para R\$ 23.905 em 2022.

Essa expansão indica fortalecimento da economia regional, provavelmente influenciado por setores como mineração, agropecuária e atividades de logística, além de maior integração a cadeias produtivas de maior valor agregado. A diferença crescente entre a RI e o município de Aveiro evidencia desigualdades estruturais na distribuição da riqueza e na capacidade de geração de renda per capita (Gráfico 16).

No estado do Pará, o crescimento do PIB per capita foi ainda mais acentuado, passando de R\$ 19.000 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022. A aceleração especialmente após 2020 sugere influência de atividades industriais e extrativistas de grande porte, que têm forte peso na economia paraense. O desempenho estadual, bem superior ao do município de Aveiro, evidencia a concentração de crescimento em regiões com maior infraestrutura econômica e produtiva, revelando a necessidade de estratégias mais territorializadas de desenvolvimento (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 7.977/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O município de Aveiro apresentou baixa participação da indústria na composição de seu PIB durante todo o período analisado. O indicador manteve-se em torno de 3% entre 2018 e 2020, subindo discretamente para 5,1% em 2021 e 2022. Apesar da leve melhora, a participação ainda é bastante reduzida, o que reflete uma estrutura produtiva predominantemente baseada em serviços e/ou agropecuária de baixa complexidade, com baixa industrialização local e pouco valor agregado na produção (Gráfico 17).

Na Região de Integração Tapajós, o valor adicionado da in-

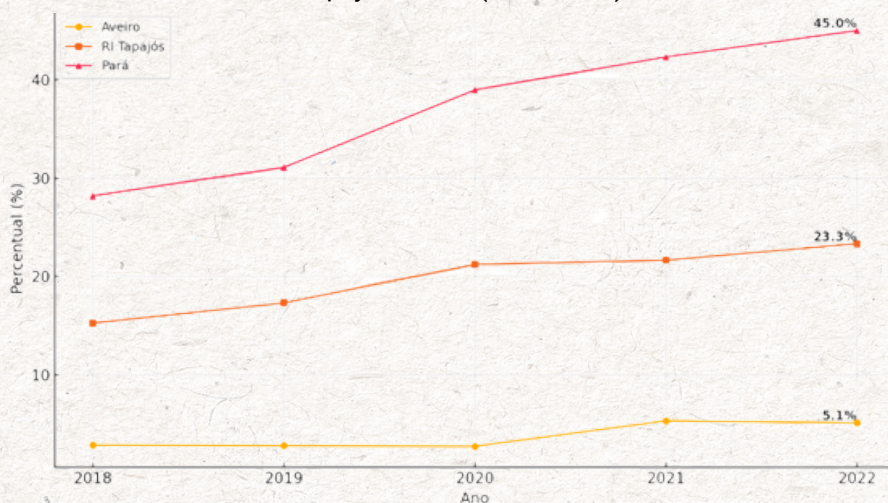
dústria apresentou tendência de crescimento, passando de 15,3% em 2018 para 23,3% em 2022. Esse aumento contínuo revela uma intensificação da presença industrial na região, possivelmente atrelada à transformação de produtos primários, como madeira, grãos e minérios, ou à ampliação de polos industriais regionais. Essa evolução indica uma maior inserção da RI Tapajós em dinâmicas produtivas mais sofisticadas, com impacto direto na elevação do PIB per capita (Gráfico 17).

No estado do Pará, o valor adicionado da indústria como percentual do PIB apresentou

forte crescimento, saltando de 28% em 2018 para 45% em 2022. Esse dado evidencia a relevância da indústria no desenvolvimento estadual, especialmente em segmentos como mineração, metalurgia e energia. O contraste entre a forte industrialização estadual e a fraca participação industrial de Aveiro acentua a concentração do desenvolvimento em regiões com maior capital produtivo, e aponta para a urgência de políticas de interiorização da indústria e de estímulo à economia local nos municípios menos dinâmicos (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Aveiro apresentou uma tendência de queda no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador passou de 12,3 em 2019 para apenas 10,0 em 2023, com pequenas oscilações no período. Esse recuo pode indicar um esvaziamento das atividades científicas locais, baixa retenção de profissionais qualificados ou ausência de



políticas de incentivo à pesquisa, à inovação e à formação científica em nível municipal (Gráfico 18). Na Região de Integração Tapajós, por outro lado, observou-se uma trajetória de crescimento consistente no indicador. O número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes passou de 12,5 em 2019 para

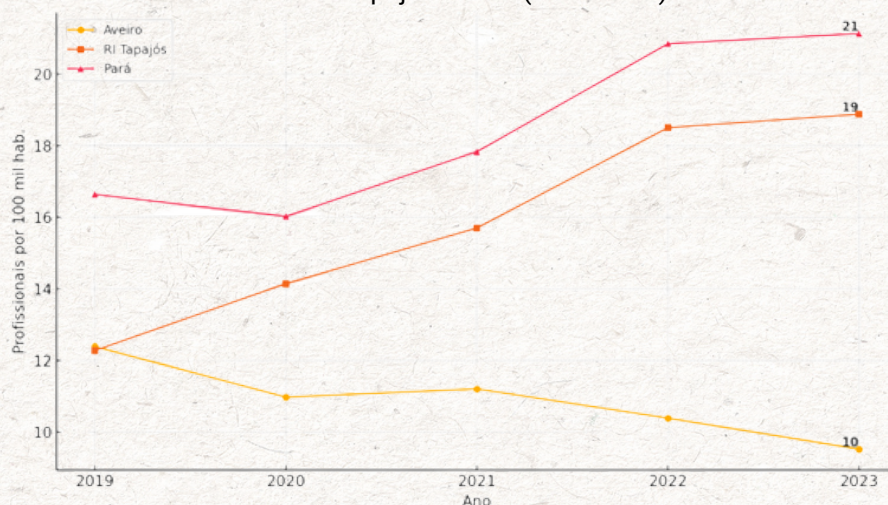
19,0 em 2023, com avanço contínuo ano a ano. Esse comportamento sinaliza um ambiente regional mais favorável à atração e permanência de cientistas e pesquisadores, possivelmente vinculado à presença de instituições de ensino superior, centros de pesquisa e políticas públicas regionais voltadas ao fortalecimento da ciência e tecnologia (Gráfico 18).

O estado do Pará também apresentou desempenho positivo, com crescimento do indicador de 16,7 para 21,0 profissionais por 100 mil habitantes no mesmo intervalo. O avanço expressivo, especialmente a partir de 2021, pode refletir investimentos estaduais em



ciência e tecnologia, expansão de universidades públicas e programas de fomento à pesquisa. O contraste entre a tendência estadual e o declínio observado em Aveiro reforça as desigualdades territoriais no acesso e na promoção de atividades científicas, evidenciando a necessidade de estratégias locais para valorização da ciência e dos profissionais do conhecimento (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2022, o município de Aveiro apresentou oscilações no indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB. Em 2019, o índice estava em 1,58%, mas caiu significativamente em 2020, chegando a 1,25%, provavelmente refletindo os efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho local. A partir de 2021, o indicador passou por leve recuperação, alcançando 1,27% e, posteriormente, 1,44% em 2022, o que indica uma retomada do peso dos salários formais na economia municipal, ainda que sem recuperar o patamar inicial (Gráfico 19).

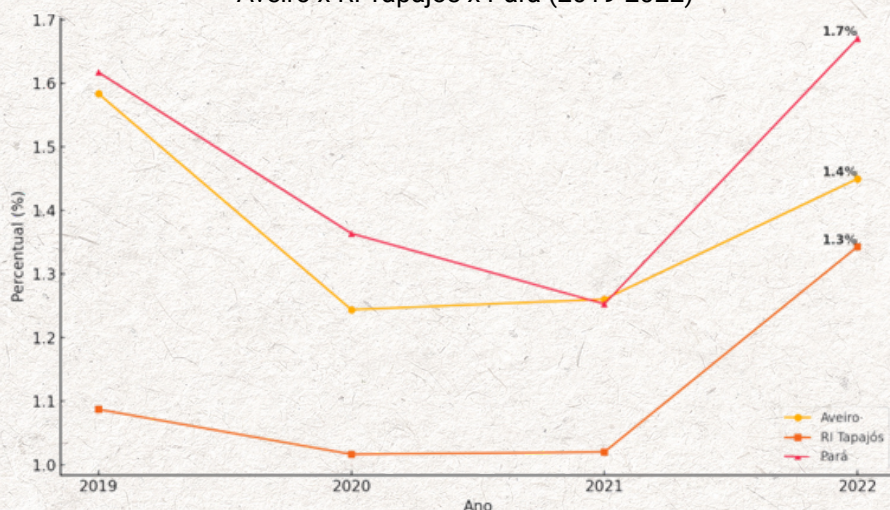
Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi mais moderado e com meno-

res variações. O percentual caiu de 1,09% em 2019 para 1,02% em 2020, mantendo-se praticamente estável em 2021, e só apresentou um crescimento mais expressivo em 2022, quando atingiu 1,30%. A estabilidade nos anos intermediários, seguida de crescimento no final da série, sugere uma recuperação mais lenta, mas consistente da participação do emprego formal na economia regional, o que pode estar associado a políticas de incentivo ou expansão setorial gradual (Gráfico 19).

No estado do Pará, o indicador também sofreu queda inicial, de 1,62% em 2019 para 1,36% em 2020, mantendo-se nesse patamar em 2021, mas com forte recuperação em

2022, quando atingiu 1,70%. Esse resultado evidencia que, apesar das adversidades enfrentadas nos anos de crise sanitária e econômica, o mercado de trabalho formal voltou a ganhar relevância no cenário estadual, contribuindo de forma mais robusta para a formação do PIB. Comparando os três níveis territoriais, observa-se que Aveiro teve um desempenho intermediário, abaixo da média estadual, mas superior à média da RI Tapajós até 2021, o que ressalta a importância de estratégias locais para fortalecer os vínculos formais e a renda do trabalho como motores da economia (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

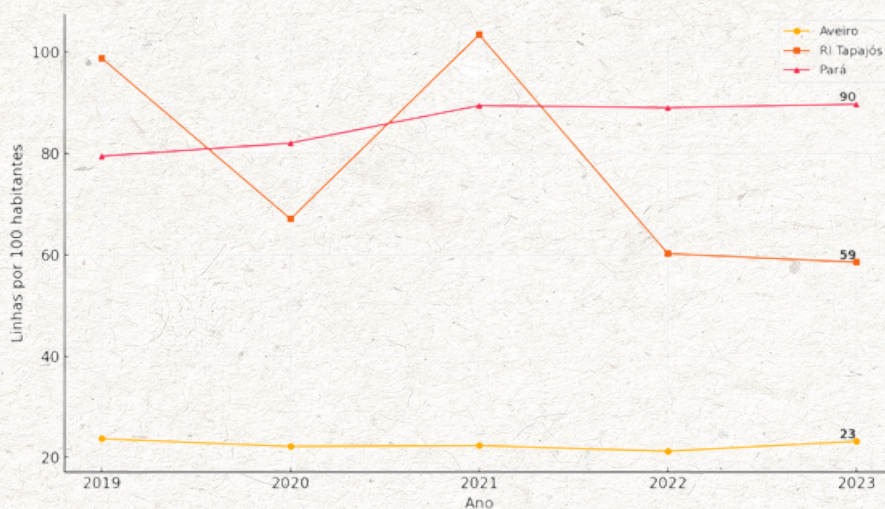
O município de Aveiro apresentou um padrão de estabilidade em baixos níveis no acesso à telefonia móvel entre 2019 e 2023. O indicador oscilou ligeiramente de 24 para 23 linhas por 100 habitantes, mantendo-se muito abaixo dos patamares regionais e estaduais ao longo de todo o período. Essa baixa densidade de acesso pode indicar limitações significativas na infraestrutura de telecomunicações local, especialmente em áreas rurais ou de difícil acesso, o que compromete não apenas a conectividade, mas também o acesso a serviços digitais essenciais (Gráfico 20).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento do indicador foi bastante volátil. Em 2019, o acesso era elevado (99,4 linhas por 100 habitantes), mas caiu bruscamente para 67,6 em 2020, depois subiu para 103,2 em 2021 e voltou a cair para 59 em 2023. Essa oscilação acentuada pode refletir mudanças nos critérios de medição, flutuações na cobertura de operadoras ou variações na base de usuários ativos, revelando instabilidade no serviço ou dependência de poucos provedores regionais (Gráfico 20).



Já o estado do Pará demonstrou crescimento e consolidação do acesso ao longo do período. O indicador passou de 79,8 linhas por 100 habitantes em 2019 para 90,0 em 2023, com crescimento contínuo e estável. Esse padrão reflete a expansão da cobertura e o aumento do uso de telefonia móvel no estado, impulsionado pela digitalização dos serviços e maior inclusão digital. A diferença entre o desempenho estadual e o município de Aveiro evidencia desigualdades territoriais e a urgência de políticas de inclusão tecnológica voltadas a regiões com baixa penetração de serviços móveis (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Aveiro, a despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental apresentou flutuações significativas entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor era elevado (R\$ 78), caiu para R\$ 60 em 2020 e se manteve próximo a esse patamar até 2021. Em 2022, houve uma forte queda para R\$ 45, mas o indicador voltou a subir expressivamente em 2023, retomando o nível de R\$ 78 por habitante. Essa variação aponta para instabilidade orçamentária no setor, embora também possa refletir readequações de prioridade em contextos de restrição fiscal ou reestruturação

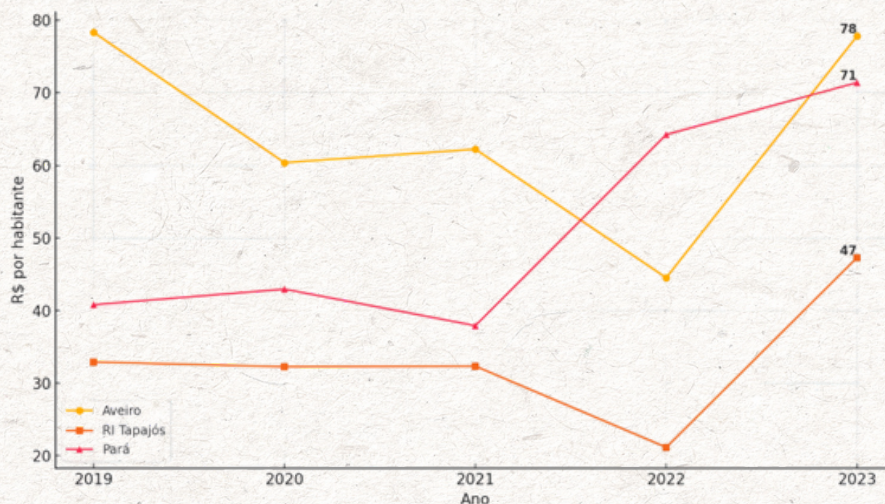
da política local (Gráfico 21).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi mais estável, com leves variações entre R\$ 32 e R\$ 33 de 2019 a 2021, queda para R\$ 21 em 2022 e expressiva recuperação para R\$ 47 em 2023. O padrão indica uma gestão orçamentária mais contida, mas que também respondeu com aumento de investimentos no último ano, possivelmente impulsionado por novos programas ou recomposição de orçamento pós-pandemia. Ainda assim, os valores per capita mantiveram-se inferiores aos de Aveiro e à média estadual (Gráfico 21).

O estado do Pará apresentou crescimento consistente no indicador ao longo do período, partindo de R\$ 41 em 2019 e chegando a R\$ 71 em 2023, com destaque para o salto entre 2021 e 2022. Esse comportamento evidencia uma priorização crescente dos investimentos em cultura e meio ambiente em nível estadual, especialmente após os anos mais críticos da pandemia. A elevação das despesas nesses setores indica reconhecimento de sua importância estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a valorização da identidade cultural local (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

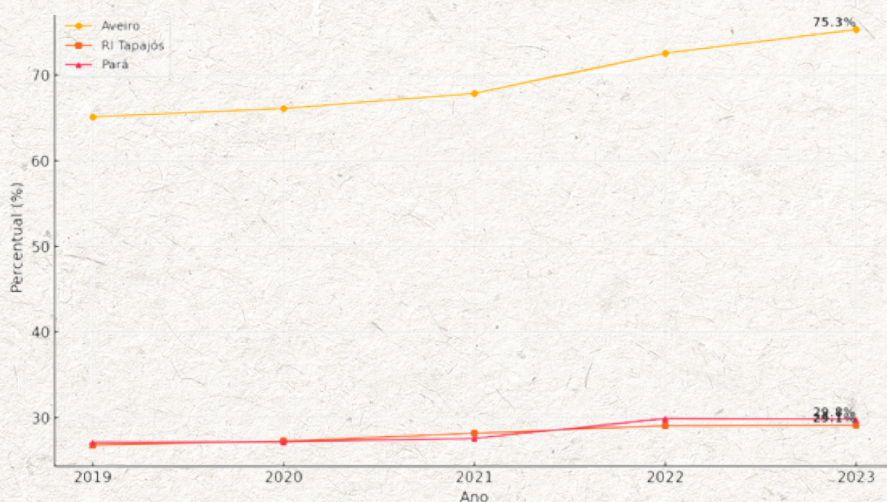
O município de Aveiro apresenta uma realidade crítica em relação ao manejo de resíduos sólidos por parte da população de baixa renda. O percentual de pessoas que queimam ou enterram o lixo aumentou de 65,2% em 2019 para 75,3% em 2023, revelando uma piora contínua no acesso a serviços adequados de coleta de lixo. Essa prática, além de prejudicar o meio ambiente, compromete diretamente a saúde pública, e sua persistência indica ausência de infraestrutura básica ou de políticas públicas eficazes voltadas à inclusão sanitária da população mais vulnerável (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tapajós, a situação é menos grave, mas também preocupante. O percentual cresceu de 26,9% em 2019 para 29,1% em 2023, com oscilações discretas no período. Embora os valores estejam consideravelmente abaixo dos observados em Aveiro, o fato de que quase um terço da população de baixa renda ainda precise recorrer a métodos inadequados para o descarte de lixo mostra a carência regional de cobertura de serviços essenciais, especialmente em zonas rurais e periferias urbanas (Gráfico 22).

No estado do Pará, a média seguiu trajetória de crescimen-

to mais moderada, partindo de 26,8% em 2019 e chegando a 29,8% em 2023. Embora o avanço seja pequeno, ele revela que o problema persiste de forma generalizada, mesmo diante de investimentos pontuais no setor. Comparativamente, o dado de Aveiro é alarmante: o município possui quase três vezes o percentual estadual, o que evidencia desigualdades territoriais severas e aponta para a urgência de ações locais voltadas à ampliação da coleta pública e da educação ambiental (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 75,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

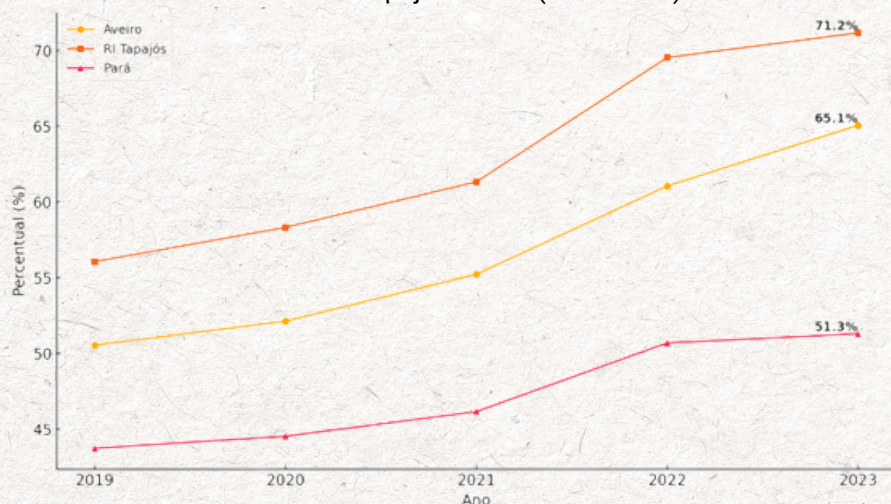
Em Aveiro, o percentual da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar cresceu substancialmente no período analisado, passando de 50,4% em 2019 para 65,1% em 2023. O crescimento contínuo sugere deterioração das condições de saneamento ou ausência de expansão de alternativas adequadas, como fossas sépticas ou rede de esgotamento sanitário. O uso de fossas rudimentares representa risco sanitário relevante, contribuindo para a contaminação do solo e da água e, por consequência, para a incidência de doenças de veiculação hídrica (Gráfico 23).

A Região de Integração Tapajós também apresentou elevação expressiva nesse indicador, indo de 55,9% em 2019 para 71,2% em 2023. A tendência ascendente reflete um padrão regional de dependência de sistemas precários de esgotamento, com forte impacto sobre a qualidade de vida das populações mais pobres. A superação desse quadro exige não apenas aumento no investimento em infraestrutura sanitária, mas também ações integradas de urbanização e regularização fundiária em áreas mais carentes (Gráfico 23).

O estado do Pará, por sua vez, embora tenha mantido patama-

res inferiores aos da RI e do município de Aveiro, também registrou crescimento no uso de fossas rudimentares entre a população de baixa renda – de 43,4% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse avanço aponta para desafios estruturais no saneamento básico em todo o estado. O comparativo entre os três níveis revela que Aveiro está significativamente acima da média estadual, indicando que é um dos territórios mais carentes em infraestrutura sanitária, necessitando de prioridade em políticas públicas voltadas ao saneamento rural e urbano periférico (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 65,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



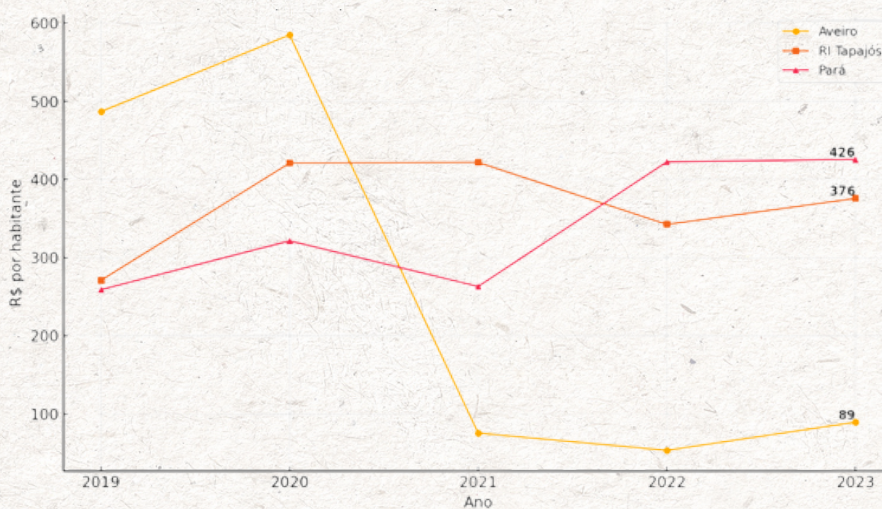
O município de Aveiro iniciou o período com altos valores de gasto per capita com prevenção de desastres, registrando R\$ 489 em 2019 e atingindo o pico de R\$ 586 em 2020. Contudo, a partir de 2021, houve uma queda brusca e contínua nos investimentos, com valores de apenas R\$ 76 em 2021, R\$ 53 em 2022 e R\$ 89 em 2023. Essa trajetória descendente aponta para uma possível descontinuidade nas políticas de prevenção ou mudanças na alocação orçamentária municipal, o que pode comprometer a resiliência da cidade frente a eventos climáticos extremos e desastres naturais

(Gráfico 24).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi mais estável. Os gastos per capita aumentaram de R\$ 276 em 2019 para R\$ 420 em 2020 e se mantiveram nesse nível até 2021. Após uma leve queda para R\$ 347 em 2022, o indicador voltou a subir em 2023, alcançando R\$ 376. A constância dos investimentos regionais revela um esforço mais consistente de manutenção da capacidade preventiva frente a riscos ambientais, demonstrando maior compromisso com a mitigação de impactos de desastres (Gráfico 24).

O estado do Pará apresentou uma trajetória de crescimento sustentado no indicador. Partindo de R\$ 263 por habitante em 2019, o valor oscilou levemente até 2021 e registrou aumento mais expressivo nos dois últimos anos, encerrando 2023 em R\$ 426. O padrão estadual reflete uma possível ampliação das políticas de proteção civil e adaptação climática, condizente com o crescimento da preocupação com eventos extremos. A discrepância entre Aveiro e os demais recortes evidencia a vulnerabilidade do município diante da ausência de planejamento e investimentos regulares na área (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 89/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Aveiro apresentou oscilações relevantes nas despesas per capita com preservação aquática durante o período analisado. Em 2019 e 2020, os valores estavam próximos de R\$ 100, caindo para R\$ 79 em 2022. No entanto, o município registrou uma recuperação significativa em 2023, atingindo R\$ 155 por habitante, o maior valor da série. Essa retomada pode indicar uma reorientação das políticas públicas voltadas à proteção dos recursos hídricos, importante em um território possivelmente impactado por degradação ambiental ou uso intensivo de seus mananciais (Gráfico 25).

Na Região de Integração Tapajós, os investimentos foram sistematicamente menores,

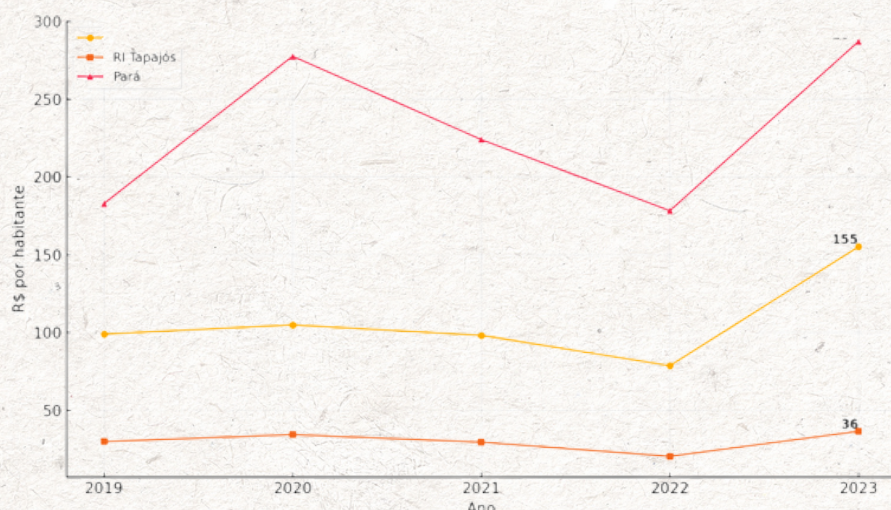
variando de R\$ 30 a R\$ 36 ao longo dos cinco anos. O baixo patamar, somado à estabilidade dos valores, sugere que a preservação aquática não foi uma prioridade orçamentária regional nesse período. Esse cenário pode representar uma fragilidade em termos de proteção ambiental e gestão dos recursos hídricos, especialmente em uma região onde rios, igarapés e áreas alagadas são ativos ecológicos e econômicos essenciais (Gráfico 25).

O estado do Pará demonstrou um comportamento distinto, com variações amplas e valores elevados. A despesa per capita saltou de R\$ 183 em 2019 para R\$ 274 em 2020, caiu para R\$ 178 em 2022 e voltou a subir para R\$ 287 em 2023. Essa tendência revela que, em nível estadual, a preservação aquática tem recebido atenção prioritária em termos de investimento, possivelmente por meio de programas de proteção de bacias hidro-



gráficas, fiscalização ambiental e recuperação de ecossistemas aquáticos. A distância entre o patamar estadual e o da RI Tapajós reforça a importância de descentralizar os esforços de preservação, especialmente para municípios e regiões com forte dependência dos recursos hídricos (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 155/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

O município de Aveiro apresentou um comportamento relativamente estável na cobertura florestal ao longo dos anos, com exceção de 2021. Em 2019 e 2020, o percentual da área de floresta estava acima de 85%, caindo abruptamente para 69,7% em 2021, o que sugere uma possível intensificação de desmatamento ou mudança metodológica de medição. No entanto, o indicador voltou a crescer nos anos seguintes, atingindo 86,6% em 2022 e mantendo esse patamar em 2023, o que demonstra capacidade de recuperação da vegetação ou reclassificação de uso do solo como floresta (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador manteve-se estável, variando entre 83,7% em 2019 e 81,9% em 2023.

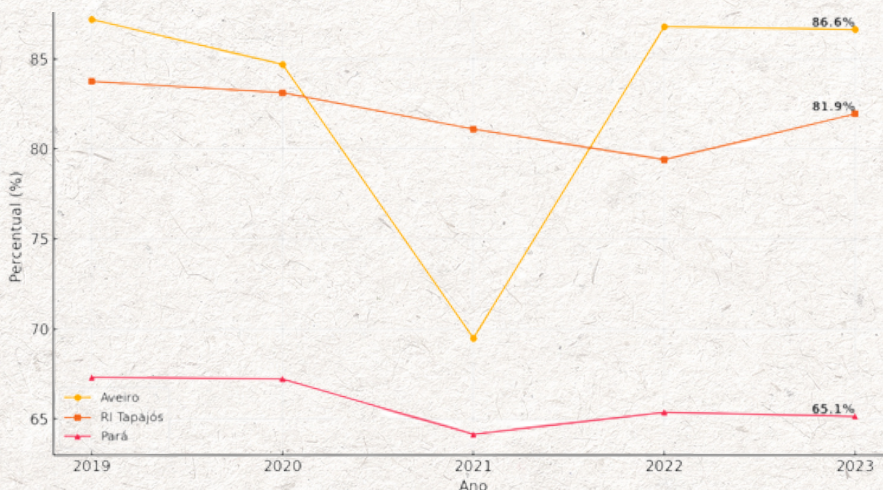
A pequena oscilação no período indica relativa conservação da cobertura florestal, embora o leve recuo sugira pressão contínua sobre os recursos naturais da região. Considerando o peso econômico da exploração madeireira e agropecuária na RI, a manutenção de níveis elevados de cober-



tura vegetal representa um ponto positivo, mas que requer atenção preventiva para evitar maiores perdas no futuro (Gráfico 26).

O estado do Pará apresentou o menor percentual de cobertura florestal entre os três recortes, mantendo-se ao redor de 65% durante todo o período. Houve uma leve queda em 2021 (63,9%), seguida de pequena recuperação até chegar a 65,1% em 2023. Esses números indicam que, embora a maior parte do território paraense ainda esteja coberta por florestas, há uma tendência de perda constante, associada à expansão da fronteira agrícola, garimpo e urbanização não planejada, o que exige fortalecimento das políticas ambientais e de fiscalização (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 86,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O município de Aveiro manteve um percentual relativamente estável de área desmatada, subindo de 7,9% em 2019 para 9,0% em 2023. Apesar do leve crescimento, o município apresenta o menor percentual entre os três níveis analisados, o que pode indicar um bom nível de preservação ambiental em termos relativos. Esse dado, no entanto, deve ser lido em conjunto com a oscilação acentuada na cobertura florestal observada em 2021, o que sugere que mesmo pequenas variações na taxa de desmatamento podem estar associadas a áreas extensas devido ao porte territorial (Gráfico 27).

Na Região de Integração Tapajós, a área desmatada apresentou crescimento mais acentuado, saindo de 10,0% em 2019 para um pico de

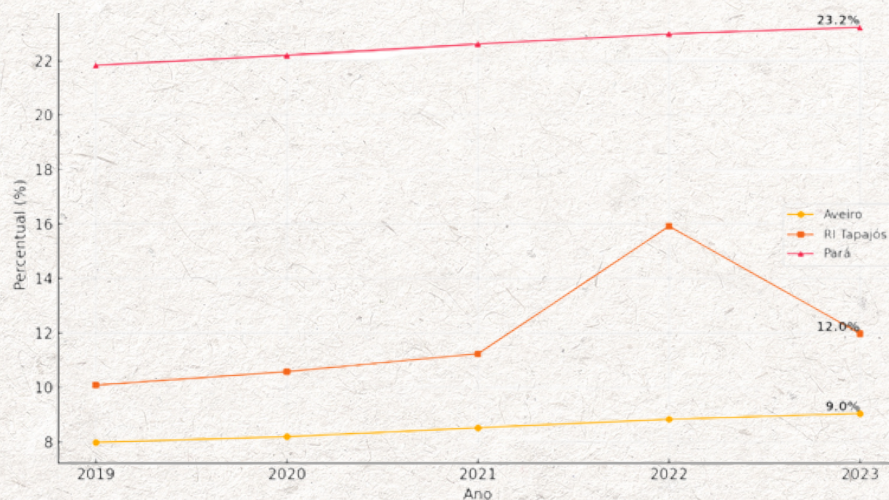
15,9% em 2022, antes de recuar para 12,0% em 2023. Essa trajetória sinaliza aumento da pressão sobre os ecossistemas florestais, possivelmente impulsionado pela expansão agropecuária e pelo avanço de atividades extrativistas. O recuo em 2023 pode estar relacionado a políticas de contenção ou redução da atividade econômica em áreas críticas, mas ainda é preocupante o nível elevado de desmatamento acumulado (Gráfico 27).

No estado do Pará, o percentual de área desmatada aumentou de forma contínua, passando de 21,8% em 2019 para 23,2% em 2023. O crescimento, embora aparentemente pequeno em termos percentuais, representa milhares de hectares de floresta convertidos para outros usos. Esse padrão contínuo reforça

necessidade de ações mais rigorosas de controle ambiental, estímulo à recuperação de áreas degradadas e desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis para conter o avanço da degradação. O contraste entre os dados estaduais e os de Aveiro reforça a importância de políticas locais que mantenham a conservação florestal como prioridade estratégica (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

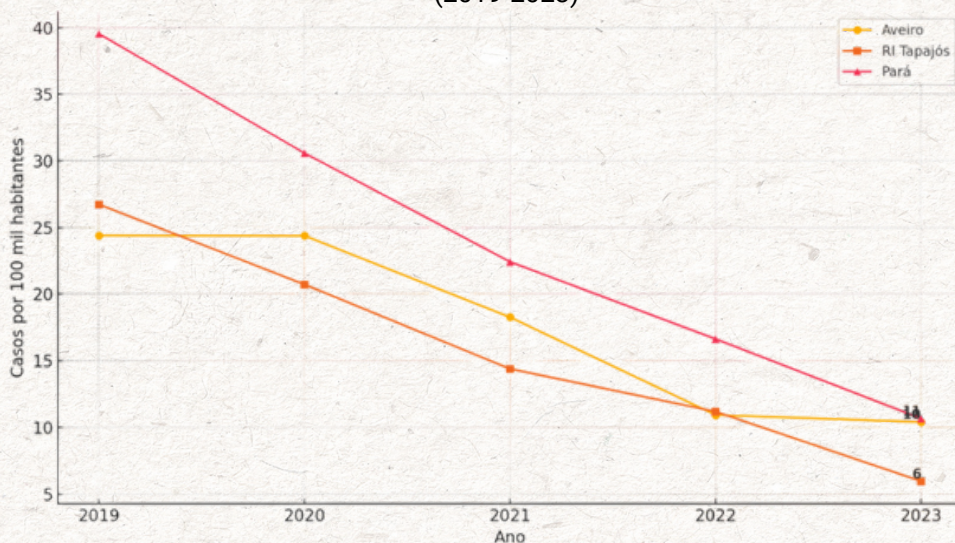
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Aveiro apresentou uma trajetória de queda contínua no indicador de trabalho infantil ao longo do período. Em 2019, eram 24,4 casos por 100 mil habitantes, e em 2023 esse número caiu para 10,4, o que representa uma redução de mais de 50%. Esse comportamento sugere avanços importantes em políticas de proteção social e fiscalização, bem como possível ampliação do acesso à escola e a programas de transferência de renda que reduzem a exposição de crianças e adolescentes ao mercado de trabalho (Gráfico 28).

Na Região de Integração Tapajós, o comportamento foi semelhante, com uma queda mais acentuada: de 26,8 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 6,3 em 2023. Esse declínio consistente pode refletir ações coordenadas entre os municípios da região para enfrentar a violação dos direitos da infância, seja por meio de programas intersetoriais, ações do Conselho Tutelar, ou ainda campanhas educativas. O resultado coloca a RI Tapajós em situação mais favorável do que o próprio município de Aveiro (Gráfico 28).

O estado do Pará também apresentou uma forte redução do trabalho infantil, partindo de um patamar muito mais elevado: 39,5 casos por 100 mil habitantes em 2019, com queda contínua até atingir 10,3 em 2023. O desempenho estadual acompanha a tendência de queda nacional no indicador, mas ainda revela a existência de bolsões de vulnerabilidade. O fato de Aveiro e a RI Tapajós estarem abaixo da média estadual em 2023 reforça a efetividade das ações locais, embora o desafio da erradicação total permaneça (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

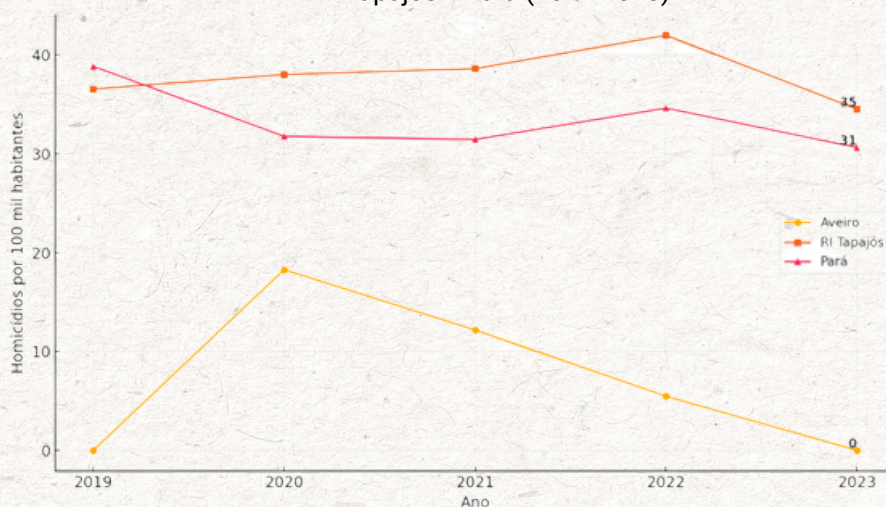
O município de Aveiro apresentou comportamento instável na taxa de homicídios. Em 2019, não foram registrados homicídios, mas em 2020 o índice saltou para 18,3, subindo ainda mais em 2021, para 12,6. Nos anos seguintes, a taxa caiu gradativamente, chegando novamente a zero em 2023. Essa flutuação pode estar associada à baixa população do município, em que pequenas variações absolutas geram grandes impactos nas taxas, ou a episódios pontuais de violência que não refletem uma tendência estrutural (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador manteve-se em patamar elevado e relativamente estável. Em 2019, a taxa era de 36,9 e chegou a 42,0 em 2022, caindo para 35,0 em 2023. Esses níveis altos evidenciam um problema persistente de violência letal na região, que pode estar relacionado a conflitos agrários, atuação do crime organizado ou ausência de políticas públicas eficazes de segurança e inclusão social. A queda recente é positiva, mas ainda insuficiente frente aos valores observados (Gráfico 29).

O estado do Pará também

apresentou taxas elevadas durante todo o período, com valores oscilando entre 39,1 em 2019 e 31,1 em 2023. Apesar da tendência de queda nos últimos anos, os números ainda revelam um cenário crítico em termos de segurança pública. A diferença entre o desempenho estadual e os dados de Aveiro em 2023 é significativa, o que pode indicar que o município está fora do eixo de maior violência letal do estado, mas também reforça a importância de ações preventivas locais para manter os níveis baixos e sustentáveis (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

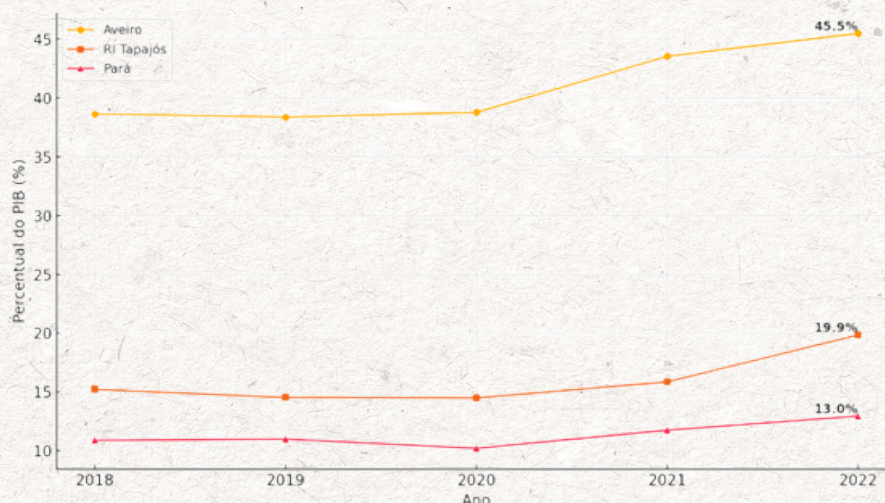
Entre 2018 e 2022, o município de Aveiro apresentou um crescimento expressivo no indicador de gasto público municipal como percentual do PIB, passando de 38,6% para 45,5%. Após um período de relativa estabilidade entre 2018 e 2020, o indicador teve forte expansão nos dois anos seguintes. Esse aumento pode refletir tanto uma elevação nos investimentos e despesas municipais quanto uma estagnação ou retração do PIB local, o que aumenta proporcionalmente o peso do setor público na economia do município. A trajetória ascendente sinaliza maior protagonismo do governo municipal na dinâmica econômica local (Gráfico 30).

Na Região de Integração Tapajós, o indicador também cresceu no período, mas de forma mais moderada. Em 2018, os gastos públicos representavam 15,3% do PIB regional, subindo para 19,9% em 2022. Esse comportamento revela uma ampliação do papel do setor público na economia regional, embora ainda distante da magnitude observada em Aveiro. A elevação progressiva pode estar associada à descentralização de políticas públicas, ao aumento de transferências intergovernamentais e à intensificação de ações locais nas áreas de saúde, educação e assistência social (Gráfico 30).

No estado do Pará, os gastos públicos municipais como percentual do PIB foram os menores entre os três níveis analisados, oscilando entre 10,8% e 13,0% no período. A leve elevação ao final da série mostra um crescimento discreto, indicando que a economia estadual é mais diversificada e menos dependente da atuação direta do setor público. O contraste com Aveiro e a RI Tapajós evidencia o grau de heterogeneidade da estrutura econômica do Pará e a importância das finanças públicas nos municípios menores, onde o Estado atua como principal indutor da atividade econômica (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Aveiro x RI Tapajós x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Aveiro apresentou uma taxa muito baixa de acesso à banda larga fixa, partindo de 0,4 pontos por 100 habitantes e alcançando apenas 1 em 2023, após registrar estabilidade ou mesmo ligeira queda entre os anos intermediários. Esse baixo desempenho indica uma infraestrutura limitada de conectividade fixa, o que compromete significativamente o acesso da população a serviços digitais, ensino remoto, inclusão produtiva e informação — aspectos essenciais para o desenvolvimento local no contexto atual (Gráfico 31).

Na Região de Integração Ta-

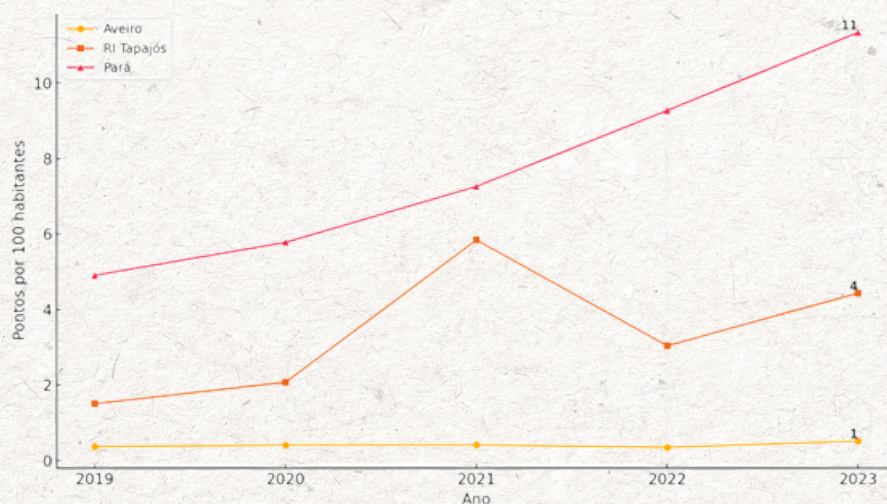
pajós, o indicador mostrou variações mais acentuadas. Saiu de 1,5 pontos em 2019 para um pico de 5,8 em 2021, seguido por queda em 2022 (3,0) e uma leve recuperação em 2023 (4,0). A oscilação sugere possíveis instabilidades no fornecimento do serviço ou na expansão da cobertura, ainda que o patamar seja consistentemente superior ao de Aveiro. A RI Tapajós apresenta maior capilaridade e competitividade no setor, mas ainda opera abaixo de padrões ideais para garantir ampla inclusão digital (Gráfico 31).

No estado do Pará como um todo, o indicador cresceu de

forma constante e expressiva: de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11,0 em 2023. Esse avanço evidencia investimentos progressivos na infraestrutura de conectividade e maior cobertura dos serviços de banda larga fixa em áreas urbanas. O contraste entre o desempenho estadual e o do município de Aveiro revela uma disparidade significativa no acesso à internet fixa, reforçando a necessidade de políticas públicas direcionadas à expansão da infraestrutura digital em territórios com baixa densidade de acesso (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2019-2023)



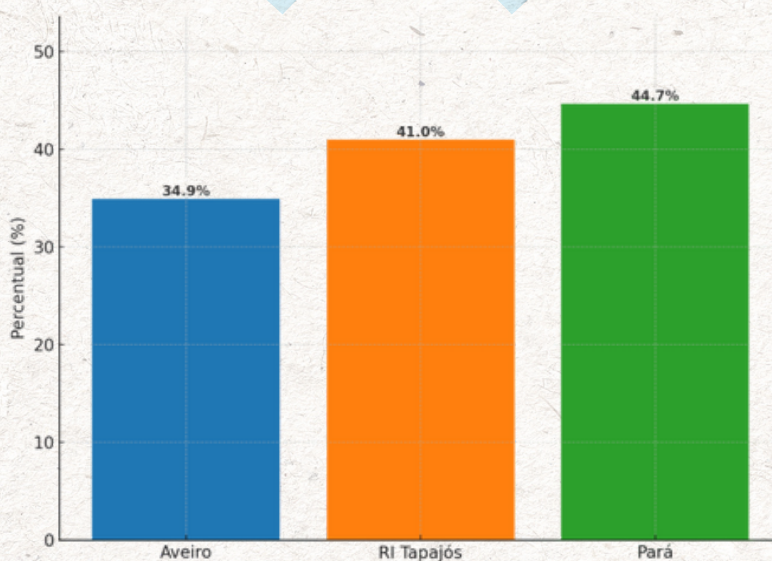
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Aveiro** registrou um IDS de **34,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Aveiro x RI Tapajós x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



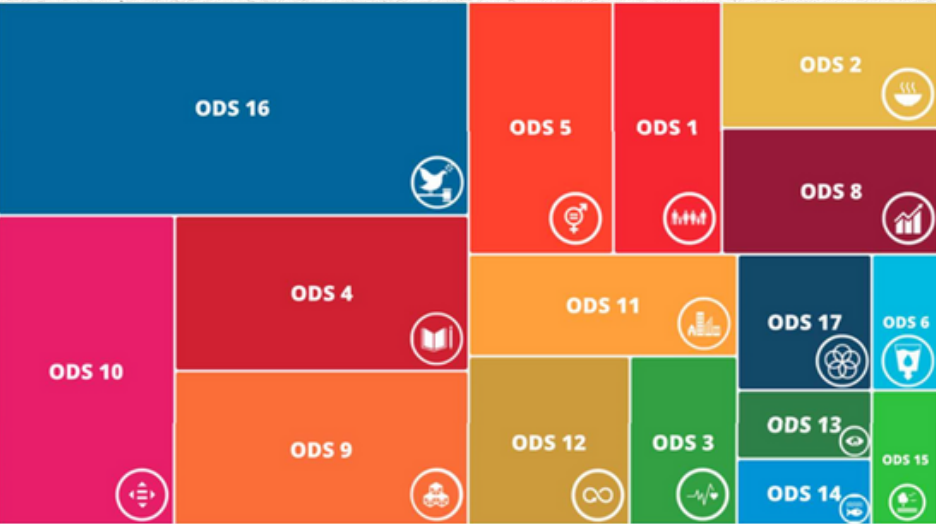
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

